

Lobby da área rural é o maior

PERFIL DA



O perfil da Constituinte, publicado pelo CORREIO BRAZILIENSE nos últimos quatro dias, revela que o maior grupo de pressão instalado dentro do Congresso, caso se tome cada um deles isoladamente, é o da área rural. Ao menos 60 deputados, em sua maioria do Centro-Sul, têm ligações diretas com entidades que representam interesses agrários.

Nem todas essas entidades têm as mesmas características. A virulenta UDR, pólo maior de oposição à reforma agrária, defende pontos de vista que não coincidem necessariamente com as cooperativas gaúchas, por exemplo. Mas em diversas linhas básicas — como a defesa de crédito rural subsidiado e a oposição a confiscos — essa coincidência será integral.

Embora a UDR tenha financiado candidatos em praticamente todo o País, sua representação é mais forte em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná. Vários de seus candidatos mais ostensivos foram derrotados, como o paulista Sérgio Cardoso de Almeida, mas apenas em São Paulo cinco dos eleitos admitem abertamente apoiar as teses da entidade.

Entre UDRs, cooperativas, associações rurais e sindicatos patronais rurais, são 60 os constituintes que apresentam ligações diretas com entidades vinculadas aos proprietários de terras. Se, porém, a eles forem somados os parlamentares que têm terras, eles próprios, o número deve ser multiplicado por quatro. Voltando a São Paulo, a grande maioria de constituintes vindos do interior — no PMDB, por exemplo, nem um só deles conseguiu na Capital todos os votos de que precisaria para reeleger-se, salvo o presidente nacional do partido — mostra que a ligação com interesses agropecuários é muito grande até mesmo no Estado mais populoso do País.

Os sindicatos trabalhistas, por sua vez, contam com 26 deputados e senadores que receberam seu apoio formal ou que se apresentaram como seus representantes diretos. Apenas em uma bancada eles são maioria, a do PT, embora os profissionais de classe média também alcancem uma boa proporção dentre os eleitos na legenda.

Esse número é quase iguala-

do pelos evangélicos. São 25 os constituintes que se elegeram graças aos votos dos protestantes, mas não se pode afirmar que haja uma identidade perfeita entre eles. Dentre os evangélicos eleitos há desde ultradiretistas até esquerdistas moderados. E é evangélico também o deputado Lyzaneas Maciel, que foi cassado em 1975, passou depois pelo PT e retorna agora à Câmara pelo PDT.

Diferentemente de outras Constituintes, não há nenhum padre entre os eleitos. Em 1946, por exemplo, o monsenhor Arruda Câmara, único representante do PDC, conseguiu bloquear todas as propostas que insinuassem sequer a possibilidade do divórcio. Na nova Constituinte há três ex-padres (dos quais só dois ainda se identificam com os dogmas católicos) e uma ex-freira.

No entanto, sabe-se que os eleitos com a ajuda ostensiva da Igreja e de entidades a ela ligadas, como as CEBs, são três vezes mais. A maioria dos Estados elegeu constituintes com esse apoio, pertencentes ao PT e ao PMDB, majoritariamente. O PDC, curiosamente, não conta com parlamentares que devam seu mandato ao apoio católico formal.

As instituições financeiras públicas e privadas também têm sua representação. São 18 os funcionários do Banco do Brasil com assento na Constituinte. E os bancos privados financiaram muitos candidatos, embora poucos tenham tornado ostensivo esse apoio, caso de Ronaldo Cesar Coelho (PMDB-RJ), do Multiplic, ou Basílio Vilani (PMDB-PR), do Bamerindus.

Registra-se a dissolução de várias bancadas diretamente vinculadas a lideranças regionais. Um exemplo pode ser dado pelo Ceará, onde o senador Virgílio Távora (PDS), tradicional cacique local, contará com apenas três votos certos na Constituinte — embora diversos outros eleitos tenham nascido politicamente sob sua proteção.

Mesmo líderes regionais integrados ao Governo contam com bancadas reduzidas. O chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, tem como garantidos apenas 13 votos, se contar com os parlamentares ligados ao ex-governador Roberto Magalhães. Laços de amizade e de lealdade política o ligam ainda a cerca de vinte outros parlamentares do PFL, mas aí já não se trata mais de uma relação de comando. Da mesma forma, a bancada baiana de Antonio Carlos Magalhães caiu para 14 deputados.

Em compensação, vários grupos regionais surgiram com força, mesmo controlando poucos votos. O governador Gilberto Mestrinho comanda sete votos no Amazonas, a quase totalidade da bancada do Estado. O ex-governador Garcia Neto, do Mato Grosso, ressurgiu com um grupo coeso, dentro do PMDB. Outro ex-governador, o sergipano Augusto Franco, tem cinco votos. Hugo Napoleão, do Piauí, tem também sete votos e assim por diante.

O governador Hélio Garcia é, dentro do PMDB, o que controlará a maior bancada, em especial se atuar politicamente em conjunto com o governador eleito Newton Cardoso. Os opositores de Hélio, particularmente os do PMDB, foram derrotados em grande maioria — aí incluídos o ex-ministro Aluizio Pimenta, o deputado Cássio Gonçalves que era considerado um dos mais promissores dos mineiros em primeiro mandato, e o irmão do governador José Aparecido. No caso de uma ação conjunta Hélio-Newton, sua bancada poderia chegar a 25 parlamentares, só em Minas.

Na verdade, para esse cálculo pesa em muito o poder das máquinas governamentais. Entre os 31 constituintes eleitos pelo PMDB de São Paulo, só 12 podem ser considerados quercistas históricos. Hoje, quase todos estão muito próximos ao governador eleito.